



INFORME

SEMANAL

IRP Nº 99

22 a 26 de maio de 2023



Foto: AEN



Foto: Nami Cois / arquivo ALEP



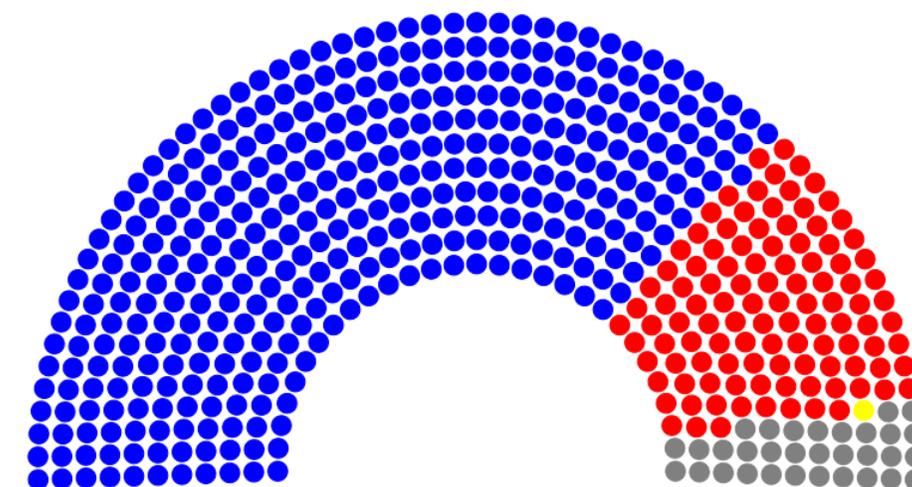
Câmara dos Deputados aprova novo arcabouço fiscal

A votação do novo Arcabouço Fiscal:

- O Projeto de Lei Complementar PLP 93/2023 foi aprovado no plenário da Câmara dos Deputados na última terça-feira (23/05). O texto apresenta uma especificação das regras fiscais pré-estabelecidas na PEC da transição, votada em dezembro de 2022, a qual determinou que tais regras podem ser definidas por Lei Complementar.
- Após avaliação do relator, a proposta passou a ser chamada de Regime Fiscal Sustentável.
- A votação tem sido considerada a primeira grande prova do atual governo nas votações legislativas da Câmara. A aprovação de um PLP é considerada uma votação de voto qualificado, pois requer maioria absoluta dos votos dos deputados (257 votos). A votação do texto alcançou 372 votos a favor, com 108 contra, ou seja, superou, com ampla margem, o número de votos necessários.
- O projeto agora segue para o Senado onde precisa de, pelo menos, 41 votos para ser aprovado.

Gráfico 1

Resultado da votação na Câmara dos Deputados:



Votos	N
● Sim	372
● Não	108
● Abstenção	1
● Ausentes	32

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Câmara dos Deputados.

A estratificação dos votos:

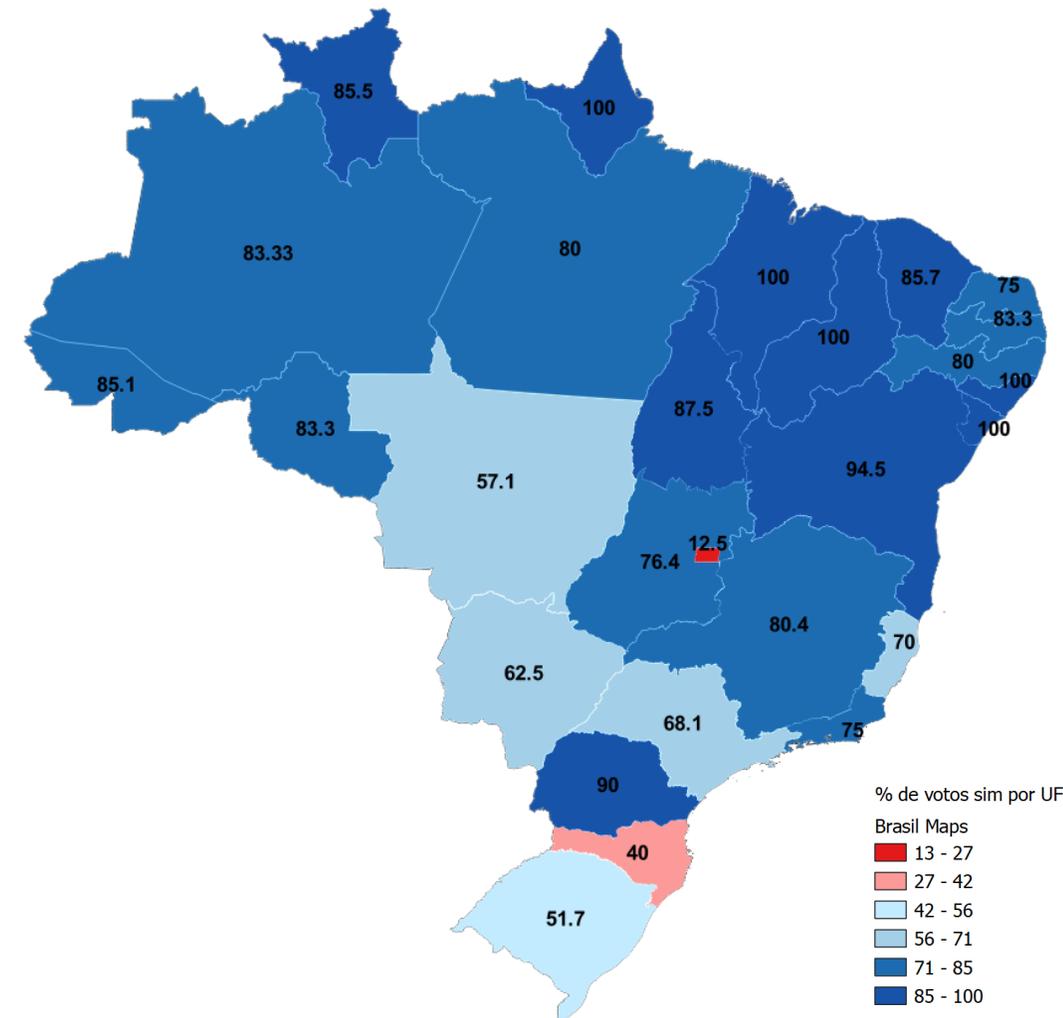
- Dos seis blocos constituídos na Câmara, apenas a federação PSOL/REDE e o NOVO indicaram voto contrário à matéria.
- Considerando as Unidades Federativas, a bancada do Distrito Federal apresentou mais resistências ao projeto, motivada pelas discussões sobre o Fundo Constitucional.
- As tabela e a imagem a seguir apresentam os resultados estratificados no plenário por blocos/federações/partidos e por Unidades Federativas:

Tabela 1. Estratificação por bloco/federação/partido

Bloco/Partido/Federação	Voto	
	Sim	Não
Bloco - UNIÃO, PP, PDT, PSB, AVANTE, SDD, PATRI, PSDB/CIDADANIA	146	18
Bloco -MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE, PSC	119	13
Federação Brasil da Esperança - PT, PC do B, PV	77	1
Federação PSOL/REDE	0	13
NOVO	0	3
PL	30	60
Total	372	108

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Câmara dos Deputados.

Mapa 1. % de votos Sim por Unidade Federativa:



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Câmara dos Deputados.

O que é o arcabouço fiscal

O arcabouço fiscal refere-se ao conjunto de instrumentos que estabelecem as bases e as diretrizes para a gestão das finanças públicas, com o objetivo de garantir estabilidade nas atividades financeiras governamentais.

Essas normas abrangem diversos aspectos, como a legislação tributária, que estabelece as regras para a arrecadação de impostos, taxas e contribuições; a legislação orçamentária, que define o processo de elaboração, aprovação e execução do orçamento público; as normas de controle e prestação de contas, que asseguram a transparência na utilização dos recursos públicos e a prestação de contas dos gestores; e as políticas fiscais, que envolvem medidas para o controle do gasto público, a gestão da dívida, a alocação de recursos e a busca do equilíbrio fiscal. A proposta em tramitação no Brasil busca, principalmente, legislar sobre esse último ponto.

Um arcabouço fiscal sólido e eficiente é essencial para garantir a estabilidade econômica, atrair investimentos, promover o desenvolvimento sustentável e assegurar a prestação de serviços públicos de qualidade. A sua adequada estruturação e aplicação contribuem para evitar desequilíbrios fiscais, como déficits excessivos, endividamento insustentável e crises financeiras, proporcionando um ambiente favorável ao crescimento econômico do país.

O que muda em relação ao antigo teto de gastos

A proposta do arcabouço fiscal propõe uma nova sistemática de controle de despesas públicas que assegure estabilidade econômica e permita a implementação de adequações orçamentárias para o atendimento a despesas públicas em áreas essenciais, sem o engessamento da regra até então vigente.

Teto de Gastos

Limite das despesas primárias com correção anual, de no máximo, a variação da inflação (IPCA)

Arcabouço Fiscal

Crescimento dos gastos públicos limitado:

a 70% do crescimento real da arrecadação do governo, caso a meta de resultado das contas públicas seja cumprida

A 50% do crescimento da arrecadação, caso a meta do ano não seja cumprida

Em curto prazo a aprovação da proposta sinaliza o compromisso com a sustentabilidade da política econômica do país, dando sinais de maior segurança ao mercado. Já em longo prazo as novas regras buscam zerar o déficit fiscal, estabilizar a relação dívida/PIB e permitir o aumento de investimentos em políticas públicas prioritárias.